

05 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Para magistrados, Joaquim Barbosa foi 'desrespeitoso'

Irritados com críticas do presidente do STF, magistrados cobram dele um 'comportamento compatível' com cargo

As afirmações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que em entrevista a correspondentes estrangeiros, na última semana, atribuiu aos juízes brasileiros "mentalidade mais conservadora, pró impunidade", provocaram forte reação da toga em todo o País. As lideranças dos três segmentos mais fortes da magistratura – juízes federais, estaduais e do Trabalho – contra-atacaram o ministro. Em nota pública, avisam que "não admitem que sejam lançadas dúvidas genéricas sobre a lisura e a integridade dos magistrados brasileiros".

É o primeiro embate entre o chefe do Judiciário brasileiro e os juízes desde que Barbosa assumiu o cargo, em novembro. O repúdio às suas declarações é subscrito pelos presidentes Nino Toldo, da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Henrique Néelson Calandra (Associação dos Magistrados Brasileiros, AMB) e Renato Henry Sant'Anna (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho). Eles se dizem perplexos ante "a forma preconceituosa, generalista, superficial e, sobretudo, desrespeitosa" com que Barbosa os tratou.

Ampla defesa. Os juízes dizem que esperam do ministro "comportamento compatível" com seu alto cargo. "As entidades de classe não compactuam com o desvio de finalidade na condução de processos judiciais e são favoráveis à punição dos comportamentos ilícitos, quando devidamente provados dentro do devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa", diz a nota pública.



Polêmico. Barbosa causou revolta entre colegas juízes

Na entrevista, o ministro disse que o Conselho Nacional de Justiça pode conscientizar o cidadão a "apontar o dedo para a ferida, juízes que prevaricam, juízes que têm comportamento estranho dentro ou fora de determinado processo". Ele defendeu um sistema de justiça penal mais consequente e pregou o fim das "regras de prescrição absurdas". "Aqui no Brasil foram inventando mecanismos ao longo dos anos. O próprio Judiciário! Foi se criando mecanismos para, no meio do processo, ocorrer a prescrição. Então, basta que um juiz engavete um processo contra uma determinada pessoa durante cinco, seis anos... Esqueça daquele processo e quando ele se lembrar já estará prescrito."

Néelson Calandra, da AMB – entidade que aloja cerca de 15 mil magistrados – disse que sua classe não pode ficar em silêncio. "Queremos ser aliados do presidente do Supremo, as mudanças são necessárias para que a magistratura possa ajudá-lo. Mas não podemos nos calar quando atribuem a nós uma responsabilidade que não temos."

NOTA DOS JUÍZES

"A violência simbólica das palavras do ministro acende o aviso de alerta contra eventuais tentativas de se diminuir a liberdade e a independência da magistratura brasileira. A sociedade não pode aceitar isso. Violar a independência da magistratura é violar a democracia."

"As entidades da magistratura, lamentavelmente, não têm sido ouvidas pelo presidente do STF. O seu isolacionismo, a parecer que parte do pressuposto de ser o único detentor da verdade e do conhecimento, denota prescindir do auxílio e da experiência de quem vivencia as angústias e as vicissitudes dos aplicadores do direito no Brasil."

05 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

DIRETO DA FONTE

Joaquim Barbosa,
do STF, circula
com a namorada,
Handra.



Estrela à parte

Ainda sobre o festival, ecoa o sucesso da presença de **Joaquim Barbosa**, acompanhado de sua nova namorada – uma advogada de 24 anos, de Rondônia. Conforme antecipado pelo blog na sexta-feira, **Handra** (foto ao lado, com o ministro) fez faculdade de Direito em Balneário Camboriú, Santa Catarina.

E onde Barbosa conheceu a moça? Em uma banca de revistas no Leblon, zona sul do Rio. Ela se apresentou e se disse sua fã.

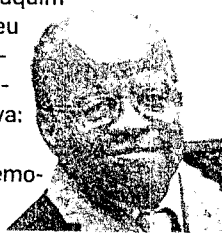
Quem conversou com a jovem atesta ser ela inteligentíssima.

TUTTY

• Rei posto

Handra, 24 anos, a namorada de Rondônia que Joaquim Barbosa conheceu no Leblon, confirma o que todo carioca já suspeitava:

{ Aécio Neves perdeu de vez a hegemonia no bairro.



05 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Casal morre ao tentar escapar de fogo

Desembargador e a mulher não conseguiram sair do apartamento onde moravam, no Leblon, e pularam da janela da área de serviço

O desembargador Ricardo Damião Areosa, de 57 anos, e sua mulher, a advogada Cristiane Teixeira Pinto, de 33, morreram domingo à noite, depois de pularem do apartamento onde moravam, no Leblon, zona sul do Rio, para escapar de um incêndio.

O casal morava na cobertura de um prédio de quatro andares e não conseguiu abrir a porta, que era blindada, para escapar do fogo. Eles tentaram então fugir pela janela da área de serviço e saltaram de uma altura de 16 metros. Areosa caiu em cima de um muro e morreu no local. Cristiane caiu sobre o toldo de um prédio vizinho e foi socorrida, mas morreu no Hospital Miguel Couço, vítima de traumatismo craniano.

De acordo com testemunhas, os bombeiros teriam chegado ao local somente 35 minutos depois do início do incêndio e os hidrantes da rua estariam sem água.

Em nota, o Corpo de Bombeiros informou que a solicitação de socorro foi registrada às 23h24 no quartel da Gávea, também na zona sul, e a guarnição chegou ao local às 23h30. De acordo com os militares, quando a equipe chegou, o casal já havia saltado. Segundo os bombeiros, a porta blindada do imóvel – com quatro fechaduras – dificultou a entrada. A corporação tam-

bém disse que, apesar do hidrante inoperante, foi captada água no prédio vizinho em quantidade suficiente para apagar o fogo.

As investigações são conduzidas pela 14.^a Delegacia de Polícia (Leblon). A delegada Flávia Monteiro, que investiga o caso, não descarta nenhuma hipótese sobre as causas do incêndio. De acordo com a Polícia Civil, o filho do desembargador prestou depoimento na noite de domingo e afirmou achar “difícil a hipótese de incêndio premeditado, porque o pai não tinha inimigos”. A delegada esteve no local para acompanhar a perícia, que só aconteceu ontem.

De acordo com o Instituto de Criminalística Carlos Éboli, o laudo estará concluído em 15 ou 30 dias. A delegada ainda vai ouvir moradores e o porteiro.

A Defesa Civil vai realizar vistoria no prédio e identificar se houve dano à estrutura ou aos apartamentos vizinhos. Porém, o serviço será executado somente após o trabalho da perícia, para não prejudicar a integridade do local. A Defesa Civil aguarda a comunicação da polícia sobre a liberação para voltar ao prédio.

Areosa era desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de cinco livros, entre eles *Processo do Trabalho – Teoria Geral do Processo Trabalhista e Processo de Conhecimento*, de 2009.

05 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Casal põe nome da filha em certidão de natimorto

O casal Elias Germano Lúcio, de 35 anos, e Vanessa Gomes Lúcio, de 27, foi o primeiro do Estado de São Paulo a conseguir registrar o nome da filha – Sara – na certidão de natimorto, emitida ontem pelo cartório de Barueri.

O bebê morreu ainda na barriga da mãe, com 37 semanas de gestação, e só teve o direito a ter o nome registrado graças às novas Normas de Serviço da Corregedoria-Geral de Justiça, que entraram em vigor na sexta-feira.

Segundo a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen-SP), o Estado registra cerca de 5 mil natimortos por ano. Antes dessas normas entrarem em vigor, os natimortos não tinham o nome registrado na certidão (constava apenas o nome dos pais e a data do óbito). Isso provocava constrangimento nas famílias, que eram pegadas de surpresa ao saber que o bebê não poderia ter o nome registrado.

A demanda de pais nessa situação foi até mesmo tema do projeto de pós-graduação da oficial de registro civil Mariana Undiciatti Barbieri Santos, que trabalha no cartório em Ribeirão Bonito.

“Eu vivenciei uma situação dessas como oficial de cartório e também com a moça que trabalha em casa e teve um natimorto. Resolvi pesquisar e vi que esse era um problema mais comum do que pensamos. Essas crianças eram tratadas como alguém sem personalidade, e a personalidade começa na concepção. Ter um nome é um dos direitos.”

Mariana apresentou o projeto à Corregedoria-Geral de Justiça, que rege os cartórios, e o tema foi debatido pela primeira vez. Pouco tempo depois, vieram as mudanças. “Agora todo pai pode colocar nome no seu filho natimorto, se assim desejar”, diz.

O vendedor Elias, pai de Sara, diz que saiu do cartório com um documento no qual

consta o nome da filha foi um alívio e deu uma sensação de conforto. Eles tinham tentado registrar o óbito de Sara há duas semanas, mas voltaram ontem, por orientação da funcionária, que explicou as mudanças nas normas.

“A gente já tinha perdido nossa filha, estávamos totalmente fragilizados. Ontem, saímos do cartório com a sensação de que essa é mais uma conquista. O que parecia uma coisa tão óbvia, tão normal, antes era tratado como se o natimorto fosse uma coisa descartável”, desabafa Elias.

LARANJAL PAULISTA

Guarda Civil não pode mais fazer policiamento

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15.^a Região, em Campinas, julgou inconstitucional a atuação da Guarda Civil Municipal (GCM) no patrulhamento de ruas e abordagem de suspeitos. Segundo sentença divulgada ontem, o policiamento ostensivo é atribuição da PM. A prefeitura de Laranjal Paulista, na região de Sorocaba, alvo da ação, foi condenada a pagar R\$ 15 mil de indenização aos 32 guardas da cidade e à multa individual de R\$ 500 por dia. A decisão cria precedente e pode atingir 40 mil agentes no interior.

BENTO GONÇALVES

Mãe joga duas filhas da sacada de casa

Uma mulher jogou ontem a filha de sete meses do apartamento da família, no 3.^o andar de um prédio em Bento Gonçalves (RS). Depois atirou a outra filha, de 2 anos, que ficou pendurada na sacada. Vizinhos resgataram as crianças. A menor, que caiu no teto de um cômodo do andar inferior, foi internada em estado regular. A maior não se feriu. A mulher está sob custódia policial e teria problemas mentais.

SÔNIA RACY

Lex modernex

A prioridade zero de Carlos Alberto Reis de Paula, que assume hoje a presidência do TST, será... São Paulo.

O ministro quer acabar com as ações de papel e implantar o processo eletrônico em todo o Estado – que tem o maior passivo trabalhista do País.

05 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Caso Bruno: no 1º dia de júri, goleiro chora e testemunhas são dispensadas

Ex-atleta do Flamengo é acusado de mandar sequestrar e matar ex-amante Eliza Samudio; defesa tenta – sem sucesso – adiar julgamento

No primeiro dia do julgamento pela morte de Eliza Samudio, o goleiro Bruno Fernandes chegou cabisbaixo ao Fórum de Contagem. E assim ficou enquanto via a juíza Marixa Rodrigues negar as tentativas dos advogados de adiar o júri ou retirar dos autos o atestado de óbito da ex-amante – e quando todas as testemunhas de defesa foram dispensadas. No fim da manhã, chorou, depois de ter um trecho da *Bíblia* que tinha nas mãos apontado por um de seus advogados.

Para o assistente de acusação, José Arteiro, “só um milagre” faria Bruno, o “chefe de um esquema criminoso”, ser inocentado. Já o advogado Tiago Lenoir, defensor do goleiro, procurou ressaltar que não há nem provas de que o crime tenha ocorrido e destacou o depoimento da única testemunha do dia, a delegada Ana Maria dos Santos. “Em cinco horas, ela não citou Bruno nenhuma vez. Isso mostra que não há provas (de sua participação), que há dúvidas, o que foi muito bom para o réu.”

Já o ex-atleta adotou postura bem diferente da altivez vista em novembro, quando, após uma série de manobras bem-sucedidas da defesa, o júri foi desmembrado. Dessa maneira, on-

tem só o goleiro e a ex-mulher, Dayanne Rodrigues do Carmo, processada pelo sequestro e cárcere privado do bebê que o jogador teve com a vítima, foram ao banco dos réus.

Em novembro, foram julgados – e condenados – o ex-braço direito do atleta, Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, e outra ex-amante, Fernanda Gomes de Castro. O ex-policial civil Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, será julgado em 22 de abril pela acusação de execução e ocultação do cadáver de Eliza.

Ontem, apesar de o julgamento estar marcado para começar às 9 horas, uma série de discussões e questões preliminares atrasou o início da sessão. Apenas no fim da manhã, foi definido o júri que vai julgar Bruno e Dayanne, com cinco mulheres e dois homens, aparentando média de idade em torno de 30 anos. Antes mesmo do sorteio dos jurados, a defesa de Bruno tentou adiar o julgamento.

Em uma das questões preliminares, o assistente de acusação Lúcio Adolfo pediu novo adiamento dos trabalhos com o argumento de que há um recurso ainda a ser analisado, pedindo que seja retirado dos autos o atestado de óbito de Eliza. O documento foi emitido em janeiro, por determinação de Marixa, afirman-

do que a vítima foi morta por asfixia. “Com esse atestado, três quesitos (sobre a morte, a serem analisados pelos jurados) já estão respondidos”, observou o advogado Tiago Lenoir. Além do adiamento, os advogados também pediram à magistrada que determinasse a retirada do atestado do processo, mas as solicitações foram negadas.

Enquanto ocorria essa discussão, Bruno permanecia todo o tempo ao lado da ex-mulher. Ficaram separados apenas por uma cadeira, mas não trocaram nenhuma palavra. A postura de Bruno era bem diferente da de Dayanne (de cabeça erguida). Ela acompanhou o depoimento da delegada Ana Maria, por exemplo, olhando-a fixamente.

• Tensão

A juíza Marixa Rodrigues dispensou o advogado Ércio Quaresma, defensor de Bola, por “soprar” perguntas à acusação e fazer solicitações “inadequadas”.

CONTINUA

05 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Uma das responsáveis pelas investigações, a policial foi a única testemunha ouvida. A maior parte das perguntas feitas pelo promotor foi para confirmar as declarações e as circunstâncias de declarações prestadas no inquérito oficial por um primo de Bruno, Jorge Luiz Rosa. Primeiro a assumir que Eliza foi assassinada em 2010, o rapaz estava com 17 anos. Hoje com 19, foi arrolado como testemunha pela acusação e pela defesa, mas não compareceu.

Já a defesa de Bruno tentou principalmente mostrar contradições nas declarações da delegada e falhas na apuração do caso, como o fato de o ex-policial civil José de Assis Filho, o Zezé, ter sido investigado e deixado de lado na conclusão do inquérito. Por determinação do MPE e da Corregedoria-Geral da Polícia Civil, uma “investigação suplementar” está em curso para apurar a possibilidade de participação de Zezé e de outro ex-policial, Gilson Costa, no crime. Costa já é réu ao lado de Bola em outro processo, no qual são acusados de matar e sumir com os corpos de dois homens.

Recurso. A defesa de Bruno havia arrolado cinco testemunhas, mas como duas não compareceram optou por dispensar as demais e se fixar “nas contradições” dos depoimentos de acusação. No caso do primo de Bruno, não é possível nem mesmo pedir que a polícia busque o rapaz, pois ele mora em outra cidade e, mesmo intimado, não é obrigado a comparecer ao julgamento.

A defesa ainda deve ouvir uma testemunha de Dayanne e vai insistir na tese de que Eliza não morreu. “Por isso, pedimos a retirada do atestado de óbito. E possivelmente vamos recorrer depois”, observou Lenoir.

LUIZ COGAN

Questões inusitadas e bate-boca entre defesa e acusação

O primeiro dia de julgamento de Bruno e Dayanne foi marcado por questões inusitadas e bate-boca entre acusação e defesa. Primeiramente, o advogado que defende outro acusado pela morte de Eliza, Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, obteve na Justiça liminar franqueando-lhe questionar as testemunhas. Tal fato é positivo para a estratégia de defesa de Bola. Mas a juíza Marixa Lopes negou acesso ao acervo audiovisual dos depoimentos das testemunhas já ouvidas.

Uma semana antes do julgamento, a juíza indeferiu o pedido de Bruno para não usar durante o plenário o traje vermelho, típico dos detentos do Estado de Minas Gerais. O pedido visava a distanciar do réu eventuais prejulgamentos e associações por parte dos jurados decorrentes da analogia entre a vestimenta e a situação de detento. Além disso, proibiu-se o uso de qualquer equipamento eletrônico no salão do júri, o que foi permitido no julgamento de Luiz Henrique Romão, o Macarrão, e de Fernanda Gomes de Castro.

Pela manhã, a juíza apreciou previamente requerimentos da defesa e indeferiu o pedido de retirada dos autos do atestado de óbito de Eliza, expedido em janeiro. A defesa questionou a expedição do documento fundado só no depoimento de Macarrão, mas a magistrada afirmou que o atestado é baseado em todos os fatos ocorridos no júri de Macarrão, não apenas em seu depoimento. Esse é um fato que pode levar futuramente ao pedido de anulação do júri nos tribunais.

Outro ponto que merece destaque é a afirmação da defesa de Bruno de que 700 páginas do processo sumiram desde a condenação de Macarrão e Fernanda, em novembro.



É MESTRE EM PROCESSO PENAL PELA PUC-SP

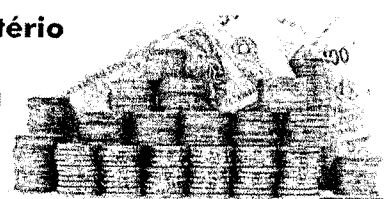
05 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA Governo 'estoura' em R\$ 30 mi gastos com pessoal

Estado
ultrapassou
limite prudencial
definido pela LRF

GASTOS COM PESSOAL

Veja quanto (em R\$) os Três Poderes e o Ministério Público (MP) do Paraná gastam com folha de pagamento de pessoal e o que isto representa dentro das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal:



	Despesa com pessoal*	Gastos com pessoal em relação à RCL	Alerta	Limite Prudencial	Limite Legal
PODER EXECUTIVO	12,133 bi	46,67%	44,10%	46,55%	49%
PODER JUDICIÁRIO	1,323 bi	4,11%	5,4%	5,7%	6%
PODER LEGISLATIVO	530 mi	1,68%	2,7%	2,85%	3%
MINISTÉRIO PÚBLICO	487 mi	1,42%	1,8%	1,9%	2%

*O valor utilizado para cálculo dos gastos com pessoal em relação à RCL é ligeiramente inferior à despesa bruta, pois considera deduções autorizadas pela LRF.

Fonte: Governo do Paraná

Prestação de contas feita pela Secretaria da Fazenda revela que Estado continua impedido de contratar

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Nenhuma contratação de pessoal pode ser feita pelo governo do Paraná. A situação foi admitida ontem pelo secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Haully (-PSDB), durante audiência pública na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. O Estado

fechou 2012 acima do limite prudencial dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e agora depende de "brechas" para efetivar novas nomeações.

Em 2012, o Paraná gastou cerca de R\$ 14 bilhões com a folha de pagamento, comprometendo 46,67% da Receita Corrente Líquida (RCL) com a despesa.

O máximo que a LRF aceita é 49%, mas desde que o Estado passou dos 44,10% (limite de alerta), está sob vigilância do Tribunal de contas (TC) do Estado. Em agosto do ano passado, o Paraná cruzou também o limite prudencial (46,55%), situação em que permanece até agora. "Estamos com 46,67%, apenas 0,12% acima do limite. É coisa de R\$ 30 milhões por mês,

Folha Arte

que pode ser resolvida durante o ano", disse Haully.

Quando um ente público atinge essa situação, a LRF restringe as despesas com o funcionalismo à reposição de pessoal nas áreas essenciais (Saúde, Segurança, Educação) e à recomposição da inflação nos salários. "Isto pode ser equacionado, pois a execução orçamentária abre janelas em que podemos contratar", defendeu-se Haully. Um pico de arrecadação em determinado mês, por exemplo, cria condições contábeis para contratações, uma vez que o cálculo é realizado sobre o acumulado do ano.

CONTINUA

05 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Temos que ter fé e esperança no crescimento econômico”, disse o secretário. Haully quixa-se que o governo anterior foi beneficiado, já que não estavam em vigor imposições feitas pela União para melhorar o equilíbrio financeiro dos Estados. O secretário da Fazenda cita, por exemplo, a destinação de 2% da receita para o pagamento de precatórios e a inclusão dos pensionistas e aposentados no cálculo das despesas com pessoal. “O pibinho de 0,9% e um corte de mais de R\$ 400 milhões nas transferências do governo federal também atrapalharam”, argumentou o político.

Os deputados da oposição queixaram-se da dificuldade de acesso a esses números, usando a internet durante a audiência pública para provar que os dados estavam inacessíveis. “Deve ter sido alguma pane temporária nos computadores”, desconversou Haully. Tadeu Veneri (PT) retrucou a afirmação, atacando a gestão tucana. “Desse jeito o governo vai continuar sem contratar e os empréstimos não vão ser liberados em Brasília, já que o Paraná tem pendências com a LRF. E isso que o TC está sendo generoso com o governo”, reclamou Veneri.

Uma das queixas do petista é a criação de mais cargos comissionados num momento em que o Paraná enfrenta restrição nas contratações. Hoje a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da AL analisa a criação da Secretaria de Governó, com 41 novos cargos de livre nomeação (sem concurso público). “O pior de tudo é que o governo gasta mal, em comissionados, terceirização de serviços e propaganda”, disse Veneri. Haully argumentou que 41 comissionados é um número pequeno perto dos mais de dez mil professores e policiais contratados.

05 MAR 2013

**FOLHA DE LONDRINA
INFORME**

PEC do TJ

Com a audiência pública das finanças do governo do Paraná, ficou para esta terça-feira a leitura em plenário da Proposta de Emenda Constitucional que muda as eleições no Tribunal de Justiça do Paraná, ampliando o colégio de elegíveis. Hoje só pode ser presidente membro do Órgão Especial (25 desembargadores), mas a PEC quer ampliar para todos os 120 magistrados da segunda instância essa condição especial.

05 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Concluído inquérito sobre mortes na UTI

Polícia conclui inquérito sobre mortes em UTI

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - A Promotoria de Proteção à Saúde Pública do Ministério Público do Paraná (MPPR) já recebeu o inquérito policial do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), que investiga as mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico, em Curitiba, e terá um prazo de cinco dias úteis para decidir se oferece ou não, denúncia à Justiça contra a médica Virgínia Helena de Souza Soares, de 56 anos, e outros quatro funcionários da instituição de saúde (três médicos e uma enfermeira).

O MPPR informou que qualquer manifestação sobre o caso será feita após o término do prazo legal, na próxima segunda-feira. O caso completa duas semanas hoje, e a Polícia Civil ainda não se manifestou oficialmente sobre as investigações. Conforme a assessoria de imprensa, o órgão deve se pronunciar conjuntamente com o MPPR.

O inquérito, que corria sobre segredo de Justiça, a pedido da delegada do Nucrisa, Paula Brisola, teve o sigilo quebrado no dia 25 de fevereiro.

A defesa da médica entrou com o pedido de habeas corpus no dia 1.º, e, conforme o advogado criminalista Elias Mattar Assad, que defende Virgínia, a Justiça deve decidir sobre o pedido nesta quinta-feira.

Segundo o inquérito, as investigações do caso começaram há um ano, após denúncias de funcionários do próprio hospital. A médica foi indicada por homicídio qualificado, por não haver chance de defesa das vítimas. Virgínia chefiava a UTI Geral desde 2006, e está sendo investigada pela morte de seis pacientes, entre dezembro de 2011 e março de 2012.

Hospital

A assessoria do Hospital Evangélico informou que ainda não há data prevista para a reabertura da UTI Geral. A instituição está fazendo mudanças no local e negociando para contratar uma nova equipe de funcionários.

MAZZA

Outra vez

Pela segunda vez a delegada do Nucrisa, que apura caso da UTI do Evangélico, suspende entrevista. Isso marca ponto para o outro lado diante de manchetes cometidas, reduzindo o impacto das denúncias, no início contundentes.

05 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Taxistas

Vereadores, delegados de polícia, juízes e promotores, profissionais liberais estariam entre beneficiários da exploração de táxis. Se Fruet imitar o ex-prefeito de São José dos Pinhais e quebrar o cartel será odiado e amado. Agora a lei pode facilitar o saneamento da área.

AGENDA

Magistrados

Londrina - A Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra-PR) está com inscrições abertas para o curso preparatório 2013. Ministrado por especialistas e magistrados, o curso prepara os candidatos para concursos das carreiras da Magistratura do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. As aulas terão início em 11 de março e seguem até novembro, das 19h15 às 22h15, de segunda a quarta-feira. As aulas acontecem na Ematra, no centro de Curitiba, com fácil acesso. Informações no site www.ematra9.org.br ou pelo fone (41) 3232-3024. Informações no www.correios.com.br

JUSTIÇA PENAL

5,8 mil presos estão com benefícios pendentes

O Paraná tem mais de 5 mil pedidos de benefício de encarcerados à espera de análise nas varas de execuções penais de nove cidades. Deste total, aproximadamente 700 aguardam julgamento somente na VEP de Londrina, que abrange 33 comarcas. Os dados foram repassados pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

Somente em janeiro foram concedidos 1.332 pedidos de benefício (regime aberto, semiaberto, livramento condicional, **indulto**, redução da pena ou levantamento de medida de segurança, além da remissão da pena), sendo 160 na VEP de Londrina;

e outros 373 foram denegados, sendo 71 na região de Londrina.

A avaliação destes pedidos impacta diretamente na abertura de novas vagas no **sistema prisional** e, de acordo com a Seju, este panorama poderia mudar caso todos os casos fossem apreciados com maior rapidez.

Para isso, destaca a secretária de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, é necessário organizar a "porta de saída" do sistema prisional e permitir aos demais órgãos que compõem a estrutura penal do Estado (TJPR e Secretaria de Segurança), um acesso completo às

informações sobre cada detento e sobre as unidades prisionais.

Na tentativa de solucionar o problema, está em fase de final de implantação um novo sistema informatizado, intitulado Business Intelligence (BI). Trata-se de um banco de dados que reúne todas as informações da Seju, Sesp e TJPR.

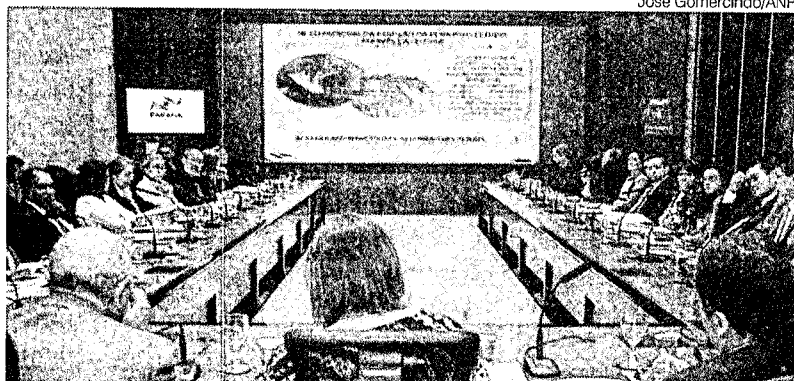
"Trata-se de uma ferramenta que possibilita ao gestor monitorar a lotação dos presídios e cadeias, a entrada ou saída de presos, perfil dos encarcerados, informações sobre benefícios e término da pena", destacou Maria Tereza.

● **O indulto é um ato de clemência do Poder Público.**

É uma forma de extinguir o cumprimento de uma condenação imposta ao sentenciado desde que se enquadre nos requisitos preestabelecidos no decreto de indulto

● **Segundo dados oficiais, as prisões brasileiras atualmente alojam cerca de 514 mil pessoas, um número que supera em quase 20% a capacidade, de acordo com denúncias de organizações de direitos humanos**

José Gomercindo/ANPr



05 MAR 2013

METRO

Desembargador morre em incêndio

No Rio de Janeiro, tanto o Corpo de Bombeiros como a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) foram alvos de críticas na ação de combate ao incêndio que destruiu o apartamento do quarto andar do edifício de nº 226, da rua General Venâncio Flores, no Leblon, na noite de domingo. Vizinhos reclamaram que os agentes só chegaram 35 minutos após o início do fogo, às 23h20, e que eles tiveram dificuldade para controlar as chamas porque os hidrantes da rua estavam sem água.

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Ricardo Damiano Areosa, 57 anos, e a mulher dele, Cristiane Teixeira Pinto, 33, morreram ao se jogar pela janela da área de serviço para tentar escapar das chamas. Os dois não conseguiram abrir a porta do apartamento, reforçada com quatro trancas.



Perito faz análise no apartamento
| ERBS JR./FRAME/FOLHAPRESS

Eles despencaram de uma altura de 16 metros. Areosa caiu num muro e morreu na hora. Já Cristiane desabou em cima de um toldo do prédio vizinho, foi resgatada com vida e encaminhada para o Hospital Municipal Miguel Couto, mas morreu devido a um



Casal morreu após se jogar da janela
| REPRODUÇÃO/MH/FUTURA PRESS

traumatismo craniano. Os dois foram enterrados ontem.

Pela análise preliminar da perícia, o fogo pode ter começado em uma tomada na sala: o plugue estava conectado a vários aparelhos eletrônicos quando as chamas começaram.

Os moradores, porém, condenam as falhas dos órgãos públicos. "Nós estamos no metro quadrado mais caro do Brasil, acredito que seja o mais caro da América Latina, e não temos um hidrante no Leblon funcionando. Não havia pressão e não saiu uma gota d'água. Além disso, os bombeiros levaram 35 minutos para chegar. Isso é um absurdo, não podemos aceitar", criticou Luiz Augusto Berlink.

O Corpo de Bombeiros, porém, informou que as equipes chegaram apenas seis minutos depois do chamado e que o hidrante estava inoperante, mas isso não atrapalhou o combate ao fogo, porque captaram água do prédio vizinho.

Já a Cedae afirmou que realizou inspeção nos hidrantes, ontem, que havia água no equipamento e que os bombeiros é que não teriam sabido operá-lo. **METRO RIO**

TRIBUNA DO PARANÁ

Tragédia

O desembargador Ricardo Damiano Areosa, de 57 anos, e sua mulher, a advogada Cristiane Teixeira Pinto, 33, morreram depois de pularem do apartamento onde moravam, no Leblon (RJ) para escapar de incêndio. O casal morava na cobertura de um prédio de quatro andares e não conseguiu abrir a porta, que era blindada. Eles tentaram então pela janela da área de serviço, e saltaram da altura de 16 metros.

05 MAR 2013

METRO

MP tem prazo de 5 dias para oferecer denúncia

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) recebeu ontem da Polícia Civil o inquérito que investiga a suposta antecipação de mortes na UTI Geral do Hospital Evangélico comandada pela médica Virgínia Soares de Souza.

O órgão vai agora analisar os documentos, que somam mais de mil páginas. O prazo legal para oferecer denúncia é de cinco dias, esgotando-se na próxima segunda-feira, dia 11.

Resposta

O infectologista do hospital, Sergio Penteado, afirmou ontem que foi o responsável pelo atendimento ao marido da médica, Nelson Mozachi, que morreu vítima de câncer.

“Eu atendi o Dr. Nelson quando ele foi admitido em choque séptico após ter realizado uma sessão de quimioterapia. O Dr. Nelson lutava contra um câncer de colón com metástase pulmonar e hepática. Fui chamado para atendê-lo em julho de 2006 por



Inquérito tem mais de mil páginas | RODRIGO FÉLIX LEAL / METRO CURITIBA

que ele apresentava um quadro de sepses. (...) O Dr. Nelson faleceu de choque refratário, apesar de todos os nossos esforços”, disse Penteado em nota.

O infectologista nega que Virgínia tenha matado o próprio marido, desligando o aparelho de oxigênio, como denuncia uma ex-funcionária.

“A Dra. Virgínia não teve nenhuma interferência no caso. Não sei quem foi que sugeriu que ela tenha influenciado nas condu-

tas tomadas com o Dr. Nelson. A Dra. Virgínia estava completamente fragilizada e confiou a mim todas as decisões sobre as condutas médicas tomadas; estas condutas foram executadas de acordo com protocolos internacionais vigentes na época e em consenso com a opinião de diversos especialistas”, explicou.

Segundo ele, “a pessoa que fez esta denúncia deve ser investigada e processada por falso testemunho”.

© METRO CURITIBA

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

PEC que muda regras para eleição do TJ vai a votação

05 MAR 2013

! A proposta de emenda à Constituição (PEC) do Paraná que altera a forma de eleição para o comando do Tribunal de Justiça do estado (TJ) será votada hoje, em primeira discussão, pela Assembleia Legislativa. De acordo com o projeto da Mesa Executiva da Casa, apresentado em abril do ano passado, qualquer um dos 120 desembargadores poderá concorrer à presidência do TJ. Hoje, apenas os 25 integrantes do Órgão Especial do tribunal são potenciais candidatos.

Ontem, a comissão especial que analisou a matéria deu parecer favorável ao projeto. No entanto, a medida, que tenta “democratizar” a eleição no TJ, divide opiniões no mundo jurídico. O atual presidente do órgão, Clayton Camargo, em sua posse, no início do mês passado, disse ser favorável à ampliação dos potenciais candidatos ao comando do tribunal. Há quem entenda, porém, que a medida vai estimular a disputa interna por poder e politizar a entidade.

Três quintos

Para ser aprovada, a proposta precisa do voto nominal de três quintos dos deputados: no caso, 33 dos 54 parlamentares. São apenas duas votações, com o intervalo de cinco sessões entre cada uma. Uma PEC, ao contrário dos projetos de lei, não exige a sanção do governador — a própria Assembleia promulga a mudança na Constituição Estadual.

05 MAR 2013
GAZETA DO POVO
NOTA POLÍTICA

Alta

O Hospital Israelita Albert Einstein informou ontem que o vice-presidente do STJ, ministro Gilson Dipp (foto), teve alta no sábado, após mais de cinco meses de tratamento. Dipp foi submetido, em setembro, a uma cirurgia abdominal depois de ser internado por complicações decorrentes de asma. Ele chegou a passar 17 dias na unidade de terapia intensiva (UTI).



05 MAR 2013

GAZETA DO POVO

STF reabre processo após mulher tirar queixa contra agressor

A ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber mandou reabrir uma ação penal contra um acusado de agredir a mulher em ambiente doméstico que teve a queixa contra ele retirada. Rosa seguiu entendimento firmado pelo tribunal no ano passado de que, nos casos de agressão física leves previstos na Lei Maria da Penha, o processo judicial deve ser iniciado independentemente da vontade da mulher. A ministra avaliou que essa decisão do plenário pode retroagir. A ação tinha sido extinta pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, mas o Ministério Público recorreu.

Bebê sobrevive após ter sido jogado de sacada pela mãe

Uma mulher de 24 anos foi presa ontem em Bento Gonçalves, na serra gaúcha, sob suspeita de ter atirado a filha de 7 meses da sacada de casa. O bebê sobreviveu depois de cair no telhado de um imóvel vizinho. A menina foi internada na UTI em estado grave. O nome da mãe não foi divulgado. Segundo a polícia, ela também tentou atirar uma outra filha, de 2 anos, que se agarrou a uma grade de proteção e evitou a queda. A sacada fica no alto de uma edificação de três pavimentos. A mãe das duas crianças, que teria problemas psiquiátricos, foi presa em flagrante sob suspeita de tentativas de homicídio e está sob custódia em um hospital da cidade.

DIREITO

MPT-RJ pede cobrança de multa de R\$ 28 mi à Gol por demissões

O Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ) informou que vai pedir em juízo a execução total de uma multa contra a Gol Linhas Aéreas pelo descumprimento da liminar que proibia a empresa de demitir os 850 funcionários da Webjet. A Gol anunciou em novembro do ano passado o fim das operações da subsidiária, com a demissão de 850 pessoas da Webjet. O MPT do Rio, porém, obteve uma liminar em dezembro, determinando que a empresa aérea readmitisse os funcionários, sob pena de multa diária. No fim de semana, porém, a Gol ignorou a liminar e começou a demitir os funcionários.

“Neste fim de semana, a Gol começou a demitir os trabalhadores da Webjet, ignorando a liminar (...) Até o final de fevereiro, a multa totalizava R\$ 28 milhões.”

Comunicado do MPT-RJ sobre a execução da multa contra a Gol.

CELSO NASCIMENTO

Pendurados

Meia centena de aprovados no concurso para admissão aos quadros da Defensoria Pública deveria tomar posse no dia 4 de fevereiro. Depois, a data foi transferida para dia 20, mas o ato foi por “problemas na agenda do governador” — para desespero de muitos que já deixaram os empregos antigos e ainda não foram contratados para o novo. Extraoficialmente, são

informados que o adiamento por tempo indefinido se deve ao problema já conhecido: o governo se excede nas despesas com pessoal e está proibido de fazer novas contratações.

05 MAR 2013

GAZETA DO POVO

INCÊNDIO

Casal morre ao pular de apartamento em chamas no Rio

O desembargador federal do Trabalho Ricardo Damião Airosa, 57 anos, e a sua mulher, Cristiane Teixeira Pinto, 33, morreram na noite de domingo após pularem pela janela do apartamento em que moravam no Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro. O casal tentava fugir de um incêndio que destruiu o imóvel. Segundo o Corpo de Bombeiros, o fogo começou na sala do apartamento e o casal correu para a área de serviço para tentar fugir. A porta, no entanto, estava trancada e, como era blindada, impediu que Airosa a arrombasse. As causas do incêndio ainda serão apuradas.

05 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» PROVA TROCADAS

MP investiga concurso da PM

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) iniciou um processo de investigação para apurar eventuais irregularidades ocorridas em um concurso para a contratação de policiais militares e bombeiros. Candidatos que fizeram a prova — aplicada no último fim de semana de fevereiro — denunciaram erros na distribuição das provas e nos gabaritos. O exame para bombeiro foi anulado em três regiões do Paraná.

O procedimento foi instaurado pela Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, que já enviou à Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) um ofício solicitando informações sobre a realização do concurso e sobre a devolução do dinheiro gasto pelos candidatos no pagamento das inscrições.

O MP-PR também pediu esclarecimentos à entidade responsável pela aplicação das provas, a Fundação de Apoio à Fafipa. O órgão quer saber quais foram os critérios adotados para a anulação parcial do concurso.

A fundação reconheceu que houve troca de provas, durante a aplicação do concurso. Candidatos de Francisco Beltrão, Ivaiporã e Foz do Iguaçu que concorriam a uma vaga de bombeiro militar receberam a prova correspondente ao cargo de policial militar. Ainda segundo a entidade, foram anuladas provas das regiões de Londrina, Maringá e Cascavel. Quem prestou prova nestas três regiões foi convocado a refazer os testes no dia 17 de março.

05 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» IRREGULARIDADE

Contra a lei, servidor público tem placa de táxi

Diego Ribeiro e Felipe Aníbal

Por terem contrato direto ou indireto com o serviço público, servidores não podem deter concessões ou autorizações públicas, como as placas de táxi. O artigo 12 do Decreto 1.959/12 estabelece que os autorizatários — a quem as placas são cedidas — não tenham vínculo com o setor público. Tanto que eles precisam assinar uma declaração atestando essa informação.

Apesar disso, em um levantamento feito a partir de uma amostragem, a Gazeta do Povo, localizou pelo menos cinco funcionários públicos “donos” de licenças. Há uma servidora da Secretaria de Estado da Educação e um do Instituto Ambiental da Paraná. Outros dois são médicos, com vínculo no Hospital do Trabalhador e em unidades municipais de saúde. Além deles, há Inara Danielle Marques Drapalski, delegada de Garuva (SC) e dona da permissão AT-548, conforme mostrou a Gazeta no último domingo.

A reportagem, a delegada disse que o decreto do então prefeito Luciano Ducci (PSB), publicado no ano passado, possibilita que o permissionário tenha outra fonte de renda, o que tornaria legal a sua propriedade. O mesmo decreto, no entanto, especifica que o autorizatário deve dirigir o táxi por um terço

do período, o que não ocorre no caso dela.

“Não me desfiz do meu táxi porque é uma celeuma muito grande. Hoje nem pode fazer a transmissão da permissão. No final do ano passado saiu uma normativa da prefeitura, informando que se pode ter outra renda sendo permissionária”, explica, ressaltando o fato de as transferências estarem suspensas.

Além dela, a reportagem encontrou dois médicos. Gilson Trevizan é cardiologista, médico do programa Saúde da Família, das unidades municipais de saúde da Vila Machado (no Capão Raso) e do Boa Vista, segundo o site do Cadastro Nacional de Saúde, disponibilizado pelo Ministério da Saúde. De acordo com o site, ele cumpre mais de 60 horas semanais nos locais onde trabalha, o que inviabiliza que ele dirija o táxi em pelo menos 30% do dia, conforme determina a lei.

Já a pediatra Ângela Wasilewski de Araújo, filha do vereador Ailton Araújo, é autônoma, mas trabalha pelo menos 20 horas no Hospital do Trabalhador, segundo o site. Além disso, também atende no Hospital Victor do Amaral por mais 24 horas semanais.

A reportagem tentou encontrar o médico Gilson Trevizan para comentar o caso, sem sucesso. Já no caso de Ângela, o vereador afirmou que não há irregularidades.

DUPLAJORNADA

Táxi é segunda fonte de renda para empresários

Já no apagar das luzes de sua gestão, o então prefeito Luciano Ducci (PSB) suprimiu, por meio de decreto, os artigos da legislação que obrigavam que os “donos” das placas se dedicassem, exclusivamente, à atividade de taxista e que não tivessem outra fonte de renda. A manobra abriu precedente: empresários e autônomos podem deter as concessões.

Dos 27 autorizatários localizados pela reportagem com outros rendimentos, há nove empresários: donos de lanchonetes, mercados, oficinas ou gráficas. Um deles é Válder Shigueaki Koga, que tem uma pastelaria no Prado Velho. Pela manhã, fica na lanchonete. À tarde, vai para as ruas a bordo de seu táxi, permissão AT-840.

Essa “segunda atividade” está na mira do Ministério Público do Trabalho. “Como um cidadão vai trabalhar oito horas em seu emprego e ainda dirigir um táxi?”, indaga o promotor Gláucio Araújo de Oliveira.

05 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

Julgamento de Bruno começa com discussões

Acusado de matar a ex-amante Eliza Samúdio, ex-goleiro chegou de cabeça baixa ao fórum, chorou e leu a Bíblia

■ O primeiro dia do julgamento do goleiro Bruno Fernandes, acusado de sequestrar e mandar matar a ex-amante Eliza Samúdio, e de sua ex-mulher Dayanne Rodrigues do Carmo, processada pelo sequestro e cárcere privado do bebê que o jogador teve com a vítima, foi marcado por pelo menos duas acaloradas discussões entre representantes da acusação, a juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues, e advogados de defesa dos réus.

Desde o início dos trabalhos na manhã de ontem no Fórum de Contagem, em Minas Gerais, defensores protagonizaram bate-bocas que levaram a magistrada a interromper a sessão algumas vezes. A primeira discussão ocorreu logo no início da manhã, antes mesmo do sorteio dos jurados que compõem o conselho de sentença, quando o assistente de acusação, o advogado José Arteiro Cavalcante, acusou um dos representantes de Bruno, Lúcio Adolfo da Silva, de "desrespeito" e ambos levantaram a voz com dedos em riste. Durante a tarde, Silva protagonizou outro atrito, desta vez com o promotor

Henry Wagner Vasconcelos, que chegou a dizer que se sentiu "ameaçado" quando o advogado, no meio do depoimento de uma testemunha, afirmou que "o bicho vai pegar" no julgamento.

Polêmica

Em vários momentos ao longo do dia, a juíza discutiu com Ércio Quaresma Firpe, polêmico advogado que representava Bruno durante as investigações e que deixou o caso após aparecer em um vídeo fumando crack. Ele voltou a atuar no processo como defensor do ex-policial civil Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, que será julgado a partir de 22 de abril pela acusação de assassinato e ocultação de cadáver de Eliza. Em novembro de 2012, Luiz Henrique Romão, o Macarrão, foi condenado a 15 anos de prisão pelo assassinato de Eliza e pelo sequestro de Bruninho.

ABATIDO

Ao contrário do julgamento de novembro, quando chegou com a cabeça erguida, Bruno Fernandes de Souza entrou cabisbaixo no salão do Tribunal do Júri de Contagem no fim da manhã de ontem. Mais magro e com semblante abatido, o goleiro manteve a cabeça baixa durante quase todo o dia e apenas em raros momentos levantava os olhos para o plenário. No fim da manhã, o jogador ainda chorou, depois de ter um trecho da Bíblia que tinha nas mãos apontado por um de seus advogados.

DO LADO DE FORA

Ao menos três grupos que atuam em defesa dos direitos das mulheres se postaram ontem em frente do Fórum de Contagem para pedir a condenação dos réus denunciados pelo sequestro e morte de Eliza Samúdio. Entre os manifestantes estava a deputada federal Jô Moraes (PC do B-MG), que preside a CPI da Violência Contra a Mulher, no Congresso. Ela afirmou que esse caso é "carregado de simbologia" pela trama armada contra Eliza.

CONTINUA

05 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RESUMO

Veja como foi o
1º dia do júri popular
do ex-goleiro:

1 Defesa de Bruno pede anulação da certidão de óbito de Eliza Samudio, concedida pela juíza em janeiro; a magistrada negou.

2 Juíza discute com a defesa de Marcos Aparecido dos Santos, o Bola (acusado de executor, mas que só será julgado em abril).

3 Cinco mulheres e dois homens foram escolhidos como jurados.

4 O advogado de Bruno dispensou três testemunhas de defesa e as outras duas faltaram ao julgamento. Ele afirmou que isso não deve prejudicar o goleiro e disse que "quer o debate".

5 Foi ouvida como testemunha de acusação a delegada Ana Maria Santos, que ouviu o primo do goleiro, Jorge Luiz Rosa, na época do desaparecimento.

6 Segundo relato da testemunha, Jorge Rosa disse que Bola asfixiou Eliza, Macarrão a chutou posteriormente e Bruno agiu demonstrando naturalidade.

05 MAR 2013

GAZETA DO POVO

ITAMIR ANTUNES FERREIRA

Ficar preso ou ficar velhinho no Brasil?

ARTIGO

ITAMIR ANTUNES
FERREIRA, advogado.

Estive pensando naquele comentário do ministro da Justiça sobre as prisões brasileiras, feito tempos atrás. Disse ele que preferia a morte a ficar um dia preso numa cadeia no Brasil. Ele pediu até desculpas por ser tão franco. Se o próprio ministro da Justiça está seguro de que é melhor a morte a ficar preso "um dia sequer" numa das cadelas brasileiras, pode concluir que morrer é melhor que ficar preso no Brasil, ainda que seja apenas um único dia.

Se considerarmos que temos uma das melhores leis de execuções penais – letra morta no caso, pois nossas prisões, além de não "prenderem com qualidade", também não regeneram ninguém –, eis que o próprio Estado não cumpre a lei, deixando de oferecer as condições determinadas nessa mesma lei para que o preso seja humanamente recuperado para viver livre em sociedade.

Nesse contexto, já que até o STF corrobora o "sentimento" do ministro da Justiça, ou seja, de que a morte é melhor, acaso tivéssemos atualmente a pena de morte, ela significaria, pela visão do próprio ministro da Justiça, que a morte seria mais benéfica ao preso. E, se assim é, como a lei só retroage para beneficiar o réu (preso), implicaria em ser melhor, então, ma-

tá-los todos que mantê-los presos, já que soltos não podem ficar, eis que merecedores da sanção penal, muitos deles por terem cefado a vida alheia, dizimando famílias.

A pensar assim, possível concluir também que o problema da qualidade da cadeia brasileira seria radical e definitivamente solucionado, pois não seria mais necessária – ou pelo menos não tantas; seria mais econômico e ainda daria para fazer como na China, cobrar da família do morto o valor do projétil e da própria execução, que seria uma legítima "prestação de serviços" para o próprio preso (morte é melhor!) e para toda a humanidade: afinal, já imaginaram quanto se gasta para manter um preso hoje no Brasil? Já viram quanto se gasta só para levar um preso de um lugar ao outro? E, quando se trata do Fernandinho Beira-Mar, Jatinho, hospital particular, centenas de policiais federais, caravanas de viaturas, cachorros, helicópteros de apoio.

Além de outros interesses políticos em fazer tal declaração, estaria o ministro, por orientação do PT via governo Dilma, apenas querendo lembrar aos ministros do STF que no caso do mensalão deveriam pensar melhor antes de baterem o martelo no sentido de enviar determinados políticos condenados para a cadeia? Obviamente esses condenados irão esperar até no Comitê Interamericano de Direitos Humanos para que seus casos possam chegar à Corte Internacional dos Estados Americanos.

E o que isso tem a ver com nossos velhinhos?

É que podemos comparar "ficar velho" no Brasil, dentro de um sistema previdenciário deficitário que contribui muito para a ausência de saúde, com a precária qualidade de nossas prisões. Ficar velho aqui não está muito longe de ficar preso. Velho no Brasil já vive preso naturalmente. Como ele vai andar nessas nossas calçadas? Pra ir aonde? Tem passagem de ônibus grátis, é verdade; mas não consegue nem subir em um ônibus com segurança; é arrastado muitas vezes – quando não na subida, na descida. E, quando consegue subir com muito esforço, seus assentos privativos estão ocupados por pessoas que acham bonito agir igual ao Paulo Maluf, sacudindo os ombros e dizendo "não estou nem aqui".

E, para passar no meio do povo dentro do ônibus ou do trem, só disparando cotoveladas para todos os lados. O velho chega "quebrado", não precisa nem mais ser arrastado na porta do ônibus ou ser jogado na calçada, ou o que chamam de calçada.

Nem atravessar uma faixa de pedestre ele consegue, pois, devido ao nosso volumoso tráfego de veículos, o semáforo fica 10 segundos abertos para o pedestre. Na Avenida Paulista ou na Avenida Brasil, por exemplo, como um velhinho consegue atravessar a avenida em 10 segundos? Nem correndo da polícia!

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

05 MAR 2013

Então, me lembrei daquele ladrão britânico, Ronald Biggs, que, ao ficar velho aqui no Brasil, preferiu voltar à Inglaterra para passar o resto de sua vida numa prisão britânica. Quem fez uma ótima comparação foi Mário Prata, que publicou sua análise sob o título "E o Biggs estava certo...", se não me enganou em agosto de 2001. Esse comentário do Mário Prata vem bem a calhar após essa declaração do ministro da Justiça – declaração esta, repito, corroborada por todos os ministros do Supremo Tribunal Federal. Prata bem nos lembrou de que o tal Biggs, "aos 71 anos, doente e encarcerado em uma cadeira de rodas, chegou à brilhantíssima ideia de que é mais fácil (seguro, tranquilo e civilizado) passar o resto da sua vida numa prisão inglesa do que solto nas ruas do Rio de Janeiro". Viverá o resto da vida sendo cuidado por Sua Majestade, que se encarregará de sua saúde e de garantir-lhe a vida.

Diz ainda Mário Prata que Biggs chorou ao deixar este país, que foi maravilhoso com ele. Como bandido, aqui ele era tratado como um senador impune e impoluto. Que ele percebeu a tempo e sentiu na própria carne que isso aqui não é um país sério para idosos. Que ficar encarcerado numa cidadezinha montanhosa da Inglaterra foi melhor que viver como velho solto no Brasil. E não é verdade?

À maioria dos velhos no Brasil, só resta o cárcere da própria casa, e ainda terá de ter bons filhos, noras, netos ou "cuidadores" que não lhe torturem mais ainda, além do que já é difícil pela própria natureza.

GAZETA DO POVO

FABRÍCIO ANGERAMI POLI

05 MAR 2013

A falta de qualidade na telefonia e os direitos do consumidor

ARTIGO

FABRÍCIO ANGERAMI POLI, mestrando em Direito Civil pela Universidade de São Paulo e monitor do curso de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

As últimas medidas adotadas pela Anatel, no sentido de adequar as operadoras de telefonia aos requisitos mínimos de fornecimento de serviços telefônicos, especialmente para que cumpram as ofertas publicitárias de que se valem para seduzir novos clientes, embora um pouco tardias – sabe-se que esses problemas se arrastam há bastante tempo –, apenas refletem a precariedade dos serviços e do tratamento que é, atualmente, dispensado aos consumidores brasileiros.

Notadamente, o Código de Defesa do Consumidor determina que toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada pelos fornecedores de produtos ou serviços

– não apenas de telefonia, mas de qualquer tipo de serviço ou produto –, integra o contrato firmado com o consumidor, obrigando, portanto, o atendimento a essas ofertas ou apresentações. Além disso, essa mesma lei protetiva do consumidor, reconhecendo este último como vulnerável na relação, traz diversas medidas que asseguram ou o cumprimento do contrato ou a devolução do dinheiro, tudo acrescido dos prejuízos eventualmente por ele sofridos.

Assim, caso desrespeitada a oferta veiculada pelo fornecedor de serviços ou o contrato posteriormente firmado entre as partes, pode o consumidor invocar o Poder Judiciário não apenas para fazer cumprir o que havia sido prometido, mas também para que sejam abatidos valores eventualmente gastos a maior, em razão do serviço não prestado de forma adequada; ou mesmo os prejuízos sofridos, decorrentes dessa prestação defeituosa.

Certamente, o consumidor encontra também proteção no Procon e nas agências de regulamentação, que não possuem, contudo, a força do Poder Judiciário para condenar o prestador de serviços a cumprir o contrato firmado com os consumidores, sendo a via judicial ainda o caminho mais efetivo para o consumidor fazer valer os seus direitos.

05 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Eliana Calmon nega candidatura, mas elogia Campos

DO RIO - A ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Eliana Calmon afirmou na noite de ontem que não aceitará o convite do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), para candidatar-se no ano que vem ao governo da Bahia.

Ela classificou o pedido como um “balão de ensaio” e disse que Campos foi “afoito” ao anunciar sua intenção num palanque. Calmon declarou ainda que não foi convidada pessoalmente para se filiar ao PSB.

“Ele está fazendo um grande governo em Pernambuco. Isso é inegável”, disse a ministra, no Rio, onde fez uma palestra na Casa do Saber. “Eu nem descarto de vir até a ter uma atividade política, mas só a partir de 2015. Me aposento em novembro de 2014. A magistratura para mim é prioridade.”

Toga justa 1 Quem transita nos bastidores do STF (Supremo Tribunal Federal) considerou “acima do tom” a nota de três entidades da magistratura criticando Joaquim Barbosa por ter declarado que juízes têm mentalidade “pró-impunidade”.

Toga justa 2 Interlocutores lembram que, em seu discurso de posse, o presidente da corte procurou valorizar a categoria. Ontem, recebeu servidores do Judiciário que cobram reajuste salarial.

Onde pega Para membros do Supremo alinhados a Barbosa, a reação das entidades é uma resposta à decisão do CNJ de restringir os patrocínios a eventos de juízes.

Hora extra O STJ aprovará amanhã lista tríplice a ser encaminhada ao Planalto para a vaga destinada ao Ministério Público. Entre os concorrentes está Augusto Aras, que é subprocurador-geral da República e advoga em um grande escritório, com atuação em tribunais superiores e até no exterior.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

MEIA
VOLTA

05 MAR 2013

O STF (Supremo Tribunal Federal) poderá enfrentar um dos casos mais polêmicos de sua história recente: o que envolve Lula com o mensalão. Caso seja aberto inquérito contra o ex-presidente, caberá aos ministros dizer se ele deve ou não ser investigado. Ainda que o petista não tenha mais foro privilegiado.

INEVITÁVEL

O calendário com que magistrados trabalham é o seguinte: caso o Ministério Público de MG abra inquérito contra Lula neste ano, baseado em declarações do publicitário Marcos Valério que tentam envolvê-lo no escândalo, advogados do ex-presidente entrarão com habeas corpus pedindo que a investigação não siga adiante. Depois de passar pelo Tribunal de Justiça de MG e pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), o pedido inevitavelmente chegará ao STF.

DATA MARCADA

A possibilidade preocupa magistrados do Supremo, que enxergam componente explosivo. Principalmente pela data: a questão poderá chegar à corte em 2014 — ano de sucessão presidencial. “Serão tempos difíceis”, diz um ministro à coluna, seguro de que o STF “não escapará” da polêmica.

DE PERTO

Advogados ligados a Lula acompanham a movimentação dos procuradores mineiros que analisam o depoimento de Valério. Trabalham com a possibilidade de o inquérito ser aberto e de o ex-presidente chegar a depor.

Justiça condena Ziraldo a devolver verba federal

O cartunista Ziraldo foi condenado pela Justiça Federal no Paraná a devolver R\$ 200 mil que recebeu do Ministério do Turismo para realizar um festival em Foz do Iguaçu, em 2005. O valor deve ser dividido com o ex-prefeito Paulo Mac Donald Ghisi (PDT). Segundo o Ministério Público Federal, a empresa do cartunista foi contratada sem licitação. O advogado de Ziraldo, Francisco Guedes, negou irregularidades e disse que vai recorrer. As advogadas do ex-prefeito não foram localizadas.

05 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Casal morre ao se jogar pela janela de apartamento em chamas no Rio

Em gesto desesperado, juiz do trabalho e sua mulher saltaram de uma altura superior a 15 m

Moradores tentaram derrubar porta da casa, sem sucesso; hidrante em frente do edifício não funcionou

O juiz Ricardo Damião Areosa, 57, começou a gritar por socorro quando percebeu que a porta de seu apartamento não abria.

Na noite de domingo, ele e a mulher, Cristiane Teixeira, 33, acabaram cercados pelas chamas que se alastravam pela residência, situada em um edifício da Rua Venâncio Flores, no Leblon, endereço nobre da zona sul carioca.

Em um gesto desesperado, Areosa pulou da janela dos fundos, do quarto andar do prédio, uma altura superior a 15 m. Morreu imediatamente.

Cristiane também saltou. Na queda, atingiu o toldo de outro apartamento. Foi levada em estado grave ao hospital e não resistiu aos ferimentos.

Os peritos da Polícia Civil investigam as causas do acidente. Segundo o "RJ TV", um dos técnicos suspeita que o incêndio pode ter começado em um aglomerado de tomadas na sala de estar.

PORTAS BLINDADAS

Quando o fogo surgiu, perto das 23h15, moradores tentaram derrubar a porta do apartamento. Esforço em vão devido à espessura do material.

Suspeita-se que as portas do imóvel fossem blindadas, informação não confirmada pelo filho do juiz, Caio Areosa.

A primeira equipe do Corpo de Bombeiros a chegar enfrentou outro problema. O hidrante em frente ao edifício em chamas não funcionou. Em nota, a corporação informou que "o registro de abertura apresentou um problema".

Morador do prédio vizinho ao do juiz do Tribunal Regional do Trabalho, o professor de jiu-jitsu Gustavo Braga, 34, correu para a rua ao perceber o incêndio e acompanhou o diálogo dos bombeiros durante o procedimento de emergência.

"Um bombeiro dizia ao outro: não tem água, não tem água", lembrou.

Da janela de seu apartamento, situado em frente ao edifício em chamas, o empresário Márcio Rossetti, 29, presenciou a mesma cena. "Eles tentaram tirar água do hidrante, mas não conseguiram."

20 MINUTOS

Segundo relatos de moradores, os bombeiros demoraram mais de 20 minutos para chegar após serem chamados.

Já o comando do Corpo de Bombeiros afirma que sua equipe agiu rápido e chegou ao local às 23h30, seis minutos após o pedido de socorro.

Na mesma nota, acrescentou que "quando a equipe chegou, as duas vítimas já tinham saltado da janela da cozinha."

Os corpos de Areosa e Cristiane foram enterrados ontem à tarde no cemitério São João Batista, em Botafogo, zona sul.

Na cerimônia, Caio lembrou do jeito brincalhão do pai: "Ele era alegre. Sempre brincou com esse momento, dizia que era para estarmos com um copo de uísque na mão".

05 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Delegada diz que Eliza morreu por asfixia

Sabatinada por 5 horas no início do júri, policial detalha assassinato e incrimina goleiro Bruno por morte de ex-amante

Defesa questiona versão, cita falhas na investigação e tenta anular júri; testemunha-chave não aparece

Sem a testemunha-chave nem testemunhas de defesa, o julgamento do goleiro Bruno Fernandes Souza, 28, começou ontem marcado pela fala da delegada que ouviu um primo do ex-jogador na época do desaparecimento de Eliza Samudio.

A delegada Ana Maria Santos, sabatinada por mais de cinco horas, relatou momentos que antecederam a morte da ex-amante do goleiro, segundo o que ouviu do então adolescente Jorge Luiz Rosa, hoje com 19 anos.

Foi o depoimento dele que revelou o caso, em 2010. Jorge cumpriu medida socioeducativa por participação. Arrolado tanto pela acusação como pela defesa, não apareceu ontem no Tribunal do Júri de Contagem (MG).

A defesa abriu mão de todas as suas testemunhas e disse que apostará no debate. Os defensores questionaram a delegada sobre supostas omissões e falhas na investigação. Um desses pontos foi a ausência do ex-policial José Laureano de Assis Filho, o Zezé, na lista de indiciados.

Foram desprezadas dezenas de mensagens trocadas por Zezé com os principais suspeitos do crime. A delegada disse que não tinha elementos para indiciá-lo.

Outra estratégia foi levantar questões técnicas para tentar anular o júri. Uma delas é haver investigação policial sobre o caso mesmo com o julgamento em curso.

Bruno ficou quase todo o tempo de cabeça baixa, com os cotovelos sobre as pernas e olhos fixados para os pés.

Quando cinegrafistas e fotógrafos tiveram acesso ao plenário, o goleiro permaneceu no local e deixou-se fotografar. Nesse momento, pareceu chorar e mostrou uma Bíblia —ele virou evangélico na prisão, diz a defesa.

ASFIXIA

As cenas contadas pela delegada se passam na casa do ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, também réu no processo. Segundo ela, Jorge disse que Bola pediu para Eliza ficar de costas e então a asfixiou. “Ele [Bola] passou o braço direito embaixo do queixo e começou a apertar o pescoço dela”, disse.

Em seu sítio, Bruno teria tomado conhecimento de como tudo se deu e ajudado a queimar uma mala de Eliza.

Segundo a delegada, Jorge ficou emocionado ao depor. “Em um momento, ele segurou nas minhas mãos. Percebi que estava sendo sincero.”

O advogado de Bruno, Lúcio Adolfo, disse que Jorge, por morar no Rio, não teria a obrigação de comparecer.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

COMO FOI O 1º DIA DO JULGAMENTO

Goleiro Bruno fica sem testemunhas de defesa

1 Defesa de Bruno pediu a anulação da certidão de óbito de Eliza Samudio, concedida pela juíza **Marixa Rodrigues** em janeiro; a magistrada negou

2 Juíza discutiu com a defesa de Marcos Aparecido dos Santos, o Bola (acusado de ser o assassino de Eliza, que será julgado em abril)

3 Cinco mulheres e dois homens foram escolhidos como jurados



4 Três testemunhas de defesa do Bruno foram dispensadas. Outras duas faltaram, dentre elas o primo do goleiro Jorge Luiz Rosa. Com isso, Bruno ficou sem testemunhas de defesa

5 Foi ouvida como testemunha de acusação a delegada Ana Maria Santos, que ouviu o primo do goleiro, Jorge Luiz Rosa, na época do desaparecimento

6 Segundo relato da delegada, Jorge disse que Bola asfixiou Eliza, Macarrão a chutou e Bruno agiu com naturalidade ao saber da morte

'Ele está mais tenso', diz mulher de Bruno

A dentista Ingrid Oliveira, 27, atual mulher de Bruno Fernandes, disse ontem à **Folha** que o goleiro está mais tenso do que em novembro passado —quando foi para o tribunal do júri, mas teve o seu julgamento adiado.

Apesar da tensão, disse ela, Bruno está "confiante" em um resultado favorável.

A situação do goleiro ficou mais delicada depois que o ex-secretário Luiz Henrique Romão, o Macarrão, declarou ao júri que Eliza Samudio está morta e culpou o jogador.

Macarrão foi condenado a 15 anos de prisão.

Ingrid diz ter casado com o goleiro na prisão em Conta-

gem (MG). Ela vive no Rio e visita o marido a cada 15 dias.

Na época em que Bruno foi preso, ela disse que os dois namoravam desde 2008 — quando ele ainda estava casado com Dayannê Souza (que também passou a ser julgada ontem) e namorava Fernanda Castro (condenada em novembro a cinco anos de prisão em regime aberto).

★

Folha - Depois que Macarrão disse, no julgamento de novembro, que Eliza está morta e ainda responsabilizou Bruno, mudou algo para você?

Ingrid Oliveira - Sobre o processo eu não falo. Sobre isso, tem que falar com o meu advogado.

Mas você continua acreditando na inocência do Bruno? Com certeza.

O Bruno parece mais triste desta vez do que no julgamento de novembro. Você conversou com ele? Ele está mais chateado por aquilo que aconteceu com o Macarrão?

A situação o deixa chateado, não tem como não ser assim.

Ele está mais tenso ou é impressão?

Ele está mais tenso, mas ele continua confiante.

E mudou alguma coisa em relação à sua confiança?

A minha confiança está em Deus, só. Apenas isso.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

LUÍZ FLÁVIO GOMES

05 MAR 2013

ANÁLISE

Defesa indica que não deve sustentar inocência do réu

O primeiro dia do julgamento do ex-goleiro Bruno e de Dayanne, sua ex-mulher, foi favorável à acusação.

O longo depoimento da delegada de polícia Ana Maria dos Santos, em razão da sua contundência, ratificando incontáveis detalhes do estrangulamento da vítima, presenciado e narrado por Jorge Luiz, primo de Bruno, pode ser decisivo para o júri.

Considere-se, ademais, que são cinco juradas e dois jurados. Em tese, isso poderia ser prejudicial à defesa.

A desconstrução da credibilidade dos indícios contra Bruno é a tática que está sendo usada pelo defensor.

Ao desistir do depoimento de todas as testemunhas listadas por ele, fica evidente que não pretende sustentar tese de inocência do réu. Deve ir aos debates valendo-se só do que está no processo, sem agregar prova nova que possa mudar radicalmente o rumo do julgamento.

Ou o defensor está muito convencido da força da argumentação que apresentará nos debates finais ou ele conta com eventual confissão e delação do réu, o que lhe poderia significar uma substancial diminuição da pena, tal como ocorreu com Macarrão.

Aliás, a postura do réu em plenário ontem—cabeça baixa, chorando e lendo a Bíblia—, deve ser interpretada mais como um pedido de perdão do que como a rebeldia de um inocente injustamente acusado de um crime.

LUÍZ FLÁVIO GOMES, 55, é advogado criminalista e diretor-presidente do Instituto Avante Brasil.

05 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Não cabe ao Judiciário examinar votos de deputados, diz Renan

Presidente do Congresso fez a declaração em resposta à consulta do STF

Em resposta a pedido de esclarecimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Reforma da Previdência, o presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que os votos dos deputados condenados no processo do mensalão não podem ser “examinados e anulados” pelo Judiciário. “Ressalte-se que, nos termos do art. 53 da Constituição, os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”, enfatizou Renan na petição



Divulgação

Renan Calheiros: “deputados e senadores são invioláveis”

enviada ao STF. “O Judiciário não tem competência para declarar a quebra de decoro parlamentar ou sindicá-lo sobre a vontade do parlamentar ao proferir o voto”, destacou Renan. O ofício assinado por Renan foi encaminhado ao gabinete da ministra Cármen Lúcia, relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo PSOL, em 26 de fevereiro, quatro dias antes do prazo-limite imposto pela magistrada para que o Congresso explicasse o contexto da alteração nas regras previdenciárias.

05 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

UTI HOSPITAL EVANGÉLICO

NUCRISA ENTREGA inquérito para o MP-PR

São mais de mil páginas de documentos,
32 horas de gravação e uma centena de testemunhos

O Núcleo de Repressão aos Crimes contra Saúde (Nucrisa) entregou, no começo da noite de ontem, o inquérito sobre as investigações em uma das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Universitário Evangélico. O inquérito com mais de mil páginas, 32 horas de gravação autorizadas pela Justiça e depoimentos de mais de 100 pessoas, foram entregues para o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Saúde Pública (Caop) do Ministério Público do Paraná (MP-PR).

Como foi entregue apenas após o encerramento do expediente, deve começar a ser analisado hoje. De qualquer forma, a assessoria do MP-PR já havia adiantado que o prazo legal para oferecimento de denúncia é de cinco dias, esgotando-se na próxima segunda ou terça-feira. Além de apresentar denúncia, o Caop também pode decidir pode pedir novas diligências ou arquivar o caso. "Qualquer manifestação do MP-PR sobre o caso será feita após o término do prazo legal", informou a promotoria.

O mesmo informou o Departamento da Polícia Civil. Qualquer manifestação ou depoimento só ocorrerá em entrevista coletiva em parceria com o Ministério Público. Enquanto isso, cinco pessoas continuam presas. A médica chefe da UTI alvo de investigação e outra médica que atuava com ela, foram levadas na semana passada para a Penitenciária Feminina em Piraquara. A defesa dela entrou com pedido de *habeas corpus*, alegando que a prisão se baseou em gravações mal interpretadas pela polícia. O julgamento do pedido deve ocorrer ainda nesta semana.

05 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Juiz morre após saltar de apartamento

O desembargador Ricardo Damião Areosa, de 57 anos, e sua mulher, a advogada Cristiane Teixeira Pinto, de 33, morreram na noite de domingo, depois de pularem do apartamento onde moravam, no Leblon, zona sul do Rio de Janeiro, para escapar de um incêndio. O casal morava na cobertura de um prédio de quatro andares e não conseguiu abrir a porta, que era blindada. Eles tentaram então pela janela da área de serviço, e saltaram de uma altura de 16 metros.

Areosa caiu em cima de um muro e morreu imediatamente. Cristiane atingiu o toldo de um prédio vizinho e chegou a ser socorrida com vida, mas morreu no Hospital Miguel Couto, vítima de traumatismo craniano. De acordo com testemunhas, os bombeiros teriam chegado ao local somente 35 minutos depois do início do incêndio, e os hidrantes da rua estariam sem água.

Em nota, o Corpo de Bombeiros informou que a solicitação de socorro foi registrada às 23h24 no quartel da Gávea e a guarnição chegou ao local às 23h30. De acordo com os militares, quando a equipe chegou, o casal já havia saltado pela janela do apartamento.

Segundo os bombeiros, a porta blindada do imóvel - com quatro fechaduras - dificultou o acesso. A corporação também informou que, apesar da inoperância do hidrante, não faltou água para o combate ao incêndio, pois foi captada água no prédio vizinho.

As investigações estão sendo conduzidas pela 14ª Delegacia de Polícia (Leblon). A delegada Flávia Monteiro, que investiga o caso, disse não descartar nenhuma hipótese sobre as causas do incêndio. De acordo com a Polícia Civil, o filho do desembargador prestou depoimento na noite de domingo e afirmou achar "difícil a hipótese de incêndio premeditado, porque o pai não tinha inimigos". A delegada esteve no local após o incêndio, mas o trabalho pericial só pôde ser realizado ontem.

05 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

VOTO DIGITAL

Biometria atingirá 23,7 milhões

Nas eleições gerais de 2014, cerca de 23,7 milhões de eleitores de todos os 26 Estados do país e do Distrito Federal poderão ser identificados pelas impressões digitais. Até maio do ano que vem, a Justiça Eleitoral, por meio do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor – desenvolvido com o intuito de garantir ainda mais segurança às eleições brasileiras –, realizará o chamado recadastramento biométrico com mais 16 milhões de eleitores.

Para atingir essa meta, a Corregedoria-Geral Eleitoral já publicou 17 provimentos autorizando a realização do recadastramento biométrico em mais de 450 municípios – incluindo 10 capitais –, atingindo, num primeiro momento, cerca de 14,4 milhões de eleitores. No entanto, a intenção é recadastrar para as eleições do ano que vem 16 milhões de eleitores de 23 Estados e do DF, ao todo, sendo que os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) ficarão responsáveis pela logística do recadastramento.

Esta é a terceira fase do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor. Até o momento, mais de 7,7 milhões de eleitores já estão recadastrados e puderam ser identificados pelas digitais no pleito de 2012.

Por meio dessa tecnologia, o mesário identifica o eleitor após comparar as impressões digitais deste com as digitais previamente cadastradas no banco de dados da Justiça Eleitoral e inseridas na urna eletrô-

nica. Além de praticamente eliminar a intervenção humana nessa etapa, uma outra grande vantagem da tecnologia da biometria é impedir que uma pessoa tente se passar por outra no momento da identificação.

A Justiça Eleitoral conta hoje com cerca de 4 mil kits biométricos para atender a todos os Estados que farão o recadastramento. Cada kit é composto de dispositivo de capturas de fotos, scanner para captura de digitais, mala de transporte e cenário (mini-estúdio fotográfico com assento). Vale lembrar que com apenas um kit biométrico o servidor da Justiça Eleitoral treinado para fazer o recadastramento consegue cadastrar, em média, 25 a 30 eleitores por dia.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Evento debaterá alterações no Processo Civil e no CDC

05 MAR 2013

O Centro Universitário Unifafibe, de Bebedouro (SP), promove nos dias 21 e 22 de março, o VI Congresso Jurídico do Norte Paulista, com o tema As propostas de alterações no Direito Processual Civil e no Código de Defesa do Consumidor.

As vagas são limitadas e as inscrições devem ser feitas até o dia 10 de março pelo site www.unifafibe.com.br/eventos. Informações pelos telefones (17) 3322-8777 e (17) 3322-8075 ou por e-mail luizm@unifafibe.br.

O congresso contará com a participação de outros renomados juristas, entre eles o presidente do TRF da 3ª Região, desembargador Newton de Lucca, que vai abordar As atualizações no Código do Consumidor referentes ao Comércio Eletrônico.

O conselheiro do CNJ Bruno Dantas vai tratar de Técnicas de julgamento de ações repetitivas no projeto do novo CPC.

O presidente da Associação dos Magistrados do Estado de São Paulo (Apamagis), Roque Mesquita, vai falar sobre A Responsabilidade Civil no Código do Consumidor.

O encerramento ficará por conta do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com a palestra O Sistema Brasileiro de Defesa do Consumidor:

Passado, presente e futuro.

Ao final do primeiro dia, os graduandos, graduados, pós-graduandos e pós-graduados efetivamente inscritos no congresso, poderão apresentar seus trabalhos à Comissão Científica do Congresso.

O evento homenageará o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori. A saudação será feita na cerimônia de abertura pelo presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, José Horácio Ribeiro.